

**PORTRUGUÊS PARA TODOS? UM DIÁLOGO SOBRE A LINGUAGEM NÃO BINÁRIA
COM A ANÁLISE DE DISCURSO**

**PORTRUGUESE FOR EVERYONE? A DIALOGUE ABOUT NON-BINARY LANGUAGE
WITH DISCOURSE ANALYSIS**

**¿PORTUGUÉS PARA TODOS? UN DIÁLOGO SOBRE EL LENGUAJE NO BINARIO CON
ANÁLISIS DEL DISCURSO**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n6-274>

Data de submissão: 23/05/2025

Data de publicação: 23/06/2025

Luciane Lucyk
Mestre em Letras
UFMT
E-mail: lucianelucyk@gmail.com
Lattes: 9791576314375915

RESUMO

O artigo propõe uma análise da linguagem não binária a partir da perspectiva da Análise de Discurso (AD), com foco na produção de sentidos nas práticas linguísticas e na forma como a linguagem representa, exclui ou silencia sujeitos na sociedade. Com base em autores como Michel Pêcheux, Eni Orlandi, Maingueneau e Krieg-Planque, o texto discute como os discursos moldam as identidades e ideologias, especialmente no campo da linguagem e do ensino de português. O trabalho se apoia em dois discursos institucionais: o Projeto de Lei nº 511/2021 do Estado de Mato Grosso e a Lei nº 3.006/2021 do município de Sinop, ambos proibindo o uso da chamada “linguagem neutra” em instituições de ensino. A análise mostra como essas leis revelam uma tentativa de cristalizar um modelo fixo de linguagem e excluir identidades não-binárias do espaço educacional e social, através de mecanismos de poder e silenciamento. Utilizando os principais conceitos da AD — como sujeito, formações discursivas, condições de produção, interdiscurso, memória, silêncio e ideologia —, a autora demonstra como o discurso institucional atua na construção de sentidos que marginalizam o diferente. Destaca-se o papel do silêncio como elemento constitutivo do discurso e como forma de exclusão simbólica dos sujeitos que não se enquadram nas normas binárias de gênero. Ao final, o artigo defende que a língua é viva e em constante transformação, e que proibir o uso de formas inclusivas não impede sua existência ou evolução. Reforça que o respeito à diversidade linguística deve fazer parte de uma sociedade democrática, e que é preciso olhar para a linguagem com sensibilidade às transformações sociais e aos sentidos que ela produz.

Palavras-chave: Linguagem Neutra. Análise de Discurso. Lei.

ABSTRACT

This article proposes an analysis of non-binary language from the perspective of Discourse Analysis (DA), focusing on the production of meanings in linguistic practices and the way language represents, excludes or silences subjects in society. Based on authors such as Michel Pêcheux, Eni Orlandi, Maingueneau and Krieg-Planque, the text discusses how discourses shape identities and ideologies, especially in the field of language and Portuguese teaching. The work is based on two institutional

discourses: Bill No. 511/2021 of the State of Mato Grosso and Law No. 3.006/2021 of the municipality of Sinop, both prohibiting the use of so-called “neutral language” in educational institutions. The analysis shows how these laws reveal an attempt to crystallize a fixed model of language and exclude non-binary identities from the educational and social space, through mechanisms of power and silencing. Using the main concepts of DA — such as subject, discursive formations, conditions of production, interdiscourse, memory, silence and ideology —, the author demonstrates how institutional discourse acts in the construction of meanings that marginalize the different. The role of silence as a constitutive element of discourse and as a form of symbolic exclusion of subjects who do not fit into binary gender norms is highlighted. In the end, the article argues that language is alive and in constant transformation, and that prohibiting the use of inclusive forms does not prevent its existence or evolution. It reinforces that respect for linguistic diversity must be part of a democratic society, and that it is necessary to look at language with sensitivity to social transformations and the meanings it produces.

Keywords: Neutral Language. Discourse Analysis. Law.

RESUMEN

Este artículo propone un análisis del lenguaje no binario desde la perspectiva del Análisis del Discurso (AD), centrándose en la producción de significados en las prácticas lingüísticas y la forma en que el lenguaje representa, excluye o silencia a los sujetos en la sociedad. Basado en autores como Michel Pêcheux, Eni Orlandi, Maingueneau y Krieg-Planque, el texto analiza cómo los discursos configuran identidades e ideologías, especialmente en el ámbito de la enseñanza de lenguas y portugués. El trabajo se basa en dos discursos institucionales: el Proyecto de Ley n.º 511/2021 del Estado de Mato Grosso y la Ley n.º 3.006/2021 del municipio de Sinop, ambos que prohíben el uso del llamado "lenguaje neutro" en las instituciones educativas. El análisis muestra cómo estas leyes revelan un intento de cristalizar un modelo fijo de lenguaje y excluir las identidades no binarias del espacio educativo y social, mediante mecanismos de poder y silenciamiento. Utilizando los conceptos principales del AD —como sujeto, formaciones discursivas, condiciones de producción, interdiscurso, memoria, silencio e ideología—, la autora demuestra cómo el discurso institucional actúa en la construcción de significados que marginan a lo diferente. Se destaca el papel del silencio como elemento constitutivo del discurso y como forma de exclusión simbólica de sujetos que no encajan en las normas binarias de género. Finalmente, el artículo argumenta que el lenguaje está vivo y en constante transformación, y que prohibir el uso de formas inclusivas no impide su existencia ni evolución. Refuerza que el respeto a la diversidad lingüística debe formar parte de una sociedad democrática y que es necesario considerar el lenguaje con sensibilidad a las transformaciones sociales y los significados que produce.

Palabras clave: Lenguaje neutro. Análisis del discurso. Derecho.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o ensino e a aprendizagem de língua portuguesa têm passado por mudanças, principalmente, curriculares. Muitas são as possibilidades metodológicas apresentadas nas discussões da Base Nacional Comum Curricular que serve para balizar os planejamentos, as práticas, as atividades e as ações dos profissionais em sala de aula.

O presente diálogo justifica-se pela relevância que possui à medida que, a partir dos organismos científicos de investigação, propõe uma retomada aos pressupostos teóricos da Análise de Discurso para compreender os efeitos de sentidos de práticas de linguagem consideradas não binárias. A AD “permite assumir um olhar específico para o texto” (KRIEG-PLANQUE, 2018, p.21). O discurso está no centro da vida política e social, são atividades discursivas e simbólicas. Estas práticas estão presentes na linguagem da atualidade, notando como professores e estudantes produzem sentidos, a partir de ações cotidianas e certas condições de produção e estão sendo silenciadas, de certa maneira, nas instituições de ensino. “É preciso, então, estabelecer o que se pode fazer (e o que não se pode fazer) com os textos e os enunciados observados dessa perspectiva, e explicitar virtudes e limites da análise do discurso como um estudo do real do discurso, nos seus elementos observáveis em contextos e situados” (KRIEG-PLANQUE, 2018, p.21).

A linguagem não é mais concebida como apenas um sistema de regras formais, com os estudos discursivos, é pensada em sua prática, atribuindo valor ao trabalho com o simbólico, com a divisão política dos sentidos, visto que o sentido é movente e instável. O objeto de apreciação de estudo deixa de ser a frase, e passa a ser o discurso, uma vez que foge da apreciação palavra por palavra na interpretação como uma sequência fechada em si mesma.

Com diz Orlandi (1998, p. 52)

Os instrumentos linguísticos são objetos de conhecimento determinados sócio-históricamente, fazendo parte dos processos através dos quais os sujeitos se constituem. Ou seja, fazem parte da construção histórica das formações sociais, suas instituições, sua ordem cotidiana.

Nessas relações, está em contínua tensão a unidade formal (Instrumentos – Estado) e a diversidade concreta (sujeito – Sociedade) no campo dos estudos da linguagem revelando, através da análise do discurso, características próprias do sujeito que é falante da língua, é o cientista, é o produtor de discursos sobre a língua; referindo então a um sujeito que representa e é representado na e pela língua; um sujeito que conta sua história e vive sua cultura, estabelecendo relações com a produção/circulação dos sentidos, através dos tempos, abre-se espaço para uma investigação a respeito da constituição dos sujeitos, da sociedade, e da história.

A AD possibilita

aprender a identificar os elementos pertinentes de um enunciado ou de uma documentação, de saber como conduzir o olhar para compreender de que modo um discurso organiza, ao mesmo tempo, sua singularidade e seu pertencimento a diferentes conjuntos de discurso que recorrem a procedimentos similares. (KRIEG-PLANQUE, 2018, p.22)

É nesse sentido que se pretende analisar o discurso institucional sobre a linguagem não binária. O *corpus* para análise será composto por recortes dos discursos institucionais 1 e 2, em anexo, na íntegra, ao final deste artigo. O recorte 1 trata do Projeto de lei nº 511/2021 do Estado de Mato Grosso, Brasil, datado em 16/06/2021, em que “Dispõe sobre a utilização dos pronomes de tratamento e estabelece direito dos cidadãos ao aprendizado coerente da língua portuguesa” (MATO GROSSO, 2021, p.1). O recorte 2 é a LEI N° 3.006/2021 do município de SINOP, Estado de Mato Grosso, Brasil, datado de 08/11/2021, que “Estabelece medidas protetivas ao direito dos estudantes do município de Sinop ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas e orientações legais de ensino, na forma que menciona” (SINOP, 2021).

A presente pesquisa visa contribuir com a reflexão acerca da constituição/instituição de sentidos capazes de revelar o imaginário sobre o sujeito, a língua e a história. A AD não vê como “falha na língua ou comunicação, mas um recurso para os locutores” (KRIEG-PLANQUE, 2018, p.22). Nesse sentido, na prática, a análise não será somente nos materiais do *corpus* em si, mas nas práticas discursivas presentes nas falas, nas ações dos sujeitos, ou seja, no *corpus discursivo*, que Courtine (2014, p. 54) define “[...] como um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das condições de produção do discurso.”, com o intuito de tentar compreender a relação do sujeito com a sociedade e com os outros sujeitos, promovendo a reflexão dos sentidos que, por meio da linguagem.

2 ANÁLISE DE DISCURSO: ALGUNS CONCEITOS

A Análise de Discurso desde sua gênese na França na década de 60 até nossos dias tem formulado, reformulado e aprimorado vários de seus conceitos. Alguns desses conceitos são: Sujeito, Formações Imaginárias, Formações Discursivas, Condições de Produção, Interdiscurso, Memória, Silêncio, Ideologia.

Por uma questão didática, faremos menção a cada um desses conceitos no decorrer do capítulo, porém entendemos que eles não são estanques, separados, incomunicáveis ou não relacionáveis. Ao contrário, para a Análise de Discurso, esses conceitos se alinharam, pois, os Sujeitos, que são ideológicos, estão imersos nas Formações Imaginárias e Discursivas e dependendo das Condições de Produção e dos lugares que ocupam, produzem discursos que se atrelam ao Interdiscurso, à Memória e esses discursos, podem, por vezes, evidenciar o Silêncio.

Para a Análise de Discurso, o Sujeito é o Sujeito do inconsciente. O sujeito atravessado pelas ideologias e assujeitado. As Formações Imaginárias estão ligadas ao que se diz, como se diz, de onde se diz e o que se diz. O que o Sujeito pensa que o outro (o interlocutor) vai entender de seu discurso, assim, ele se antecipa aos enunciados. As Formações Imaginárias são da ordem do inconsciente e determinadas social, histórica e ideologicamente. Pêcheux (2019, p. 39) esclarece que

[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as *situações* (objetivamente definíveis) e as *posições* (representações dessas situações).

Para Orlandi (1987, p. 16) o sujeito se antecipa ao seu interlocutor ao pensar no sentido que a palavras produzem e este processo acaba por regular a argumentação dos processos discursivos.

As Formações Discursivas são intrínsecas aos conceitos em Análise de Discurso. Orlandi (1993, p. 58) afirma que “A formação discursiva é [...] o lugar da constituição do sentido e da identificação do sujeito. É nela que todo sujeito se reconhece [...] e aí está a condição do famoso consenso intersubjetivo [...] em que, ao se identificar, o sujeito adquire identidade [...]. Ou ainda, segundo a autora (2007, p. 20), as formações discursivas “[...] são diferentes regiões que recortam o interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes”. E assim, cada “[...] formação discursiva é heterogênea em relação a ela mesma, pois já evoca por si o “outro” sentido que ela não significa”. (ORLANDI, 2007, p. 21).

Condições de Produção é um conceito chave para a Análise de Discurso. “Elas compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso. A maneira como a memória “aciona”, faz valer, as condições de produção são fundamentais [...].” (ORLANDI, 2015, p. 28).

Michel Pêcheux em seu texto de 1973 ‘A aplicação dos conceitos da linguística para a melhoria das técnicas de análise de conteúdo’ referindo-se as condições de produção do discurso afirma: “Chamaremos [...] condições de produção do discurso, o conjunto da descrição das propriedades relativas ao destinador, ao destinatário e ao referente, sob condições de dar imediatamente certo número de precisões”. (PÊCHEUX, 2015, p. 214).

Para Orlandi (2015, p. 37),

As condições de produção, que constituem os discursos, funcionam de acordo com certos fatores. Um deles é o que chamamos de relação de sentidos. Segundo esta noção, não há discursos que não se relacione com outros. [...] não há, desse modo, começo absoluto nem

ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis.

Assim, para a Análise de Discurso, “As condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário”. (ORLANDI, 2015, p. 38).

Interdiscurso é outro conceito muito importante para a Análise de Discurso. Orlandi (2015, p. 31-32) ao referir-se a este termo, afirma que

O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas” palavras.

O processo interdiscursivo permeia as Formações Discursivas e Imaginárias, passa pelos esquecimentos e está impregnado nas ações dos sujeitos. Neste sentido, “[...] o interdiscurso é da ordem do saber discursivo, memória afetada pelo esquecimento, ao longo do dizer [...]”, afirma Orlandi (2015, p. 32).

Este conceito está muito ligado ao de memória, para falar de Memória em Análise de Discurso, começamos apresentando que Jean-Jacques Courtine (1999), relata o caso do chapéu de Clémentis, que ocorreu em 1945 quando o comunista Gottwald falava ao povo de Praga e, como estava nevando, Clémentis, aliado político, tirou o chapéu e o colocou na cabeça de Gottwald e muitas fotos foram tiradas. 4 anos depois, Clémentis foi morto acusado de traição e sua imagem excluída das fotos históricas, mas o chapéu continuou lá, na cabeça de Gottwald. Courtine (1999, p. 15) retoma este fato para falar do “[...] estatuto da memória no campo do discurso político”. E afirma em seguida (1999, p. 15-16)

Não nos enganemos: este processo de anulação de Clémentis, de perda referencial, de recalque, de apagamento da memória que deixa, como uma estreita lacuna, a marca de seu desaparecimento, mesmo que se coloque aqui em jogo a materialidade não linguística de um documento fotográfico, é, antes de tudo, na *ordem do discurso* que ele se é produzido.

As paráfrases vão, ao longo do tempo, mudando o registro histórico, a memória das palavras, além disso, as palavras também mudam de sentidos de uma época para outra e de pessoa para pessoa. Para Courtine (1999, p. 21, grifo do autor) “O trabalho da categoria de assujeitamento [...] evoca uma repetição que é ao mesmo tempo ausente e presente na série de formulações: ausente porque ela funciona aí sob o modo do desconhecimento, e presente em seu efeito, uma repetição na ordem de uma *memória lacunar ou com falhas*”.

Orlandi (2015, p. 08) nos fala da diferença entre memória institucional e memória constituída pelo esquecimento e afirma que para saber como os discursos funcionam é preciso “[...] colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo de memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza, e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro”. Para Courtine (1999, p. 22), “Memória e esquecimento são, assim, indissociáveis na enunciação do político”.

Outra *mots* usada na Análise de Discurso é ‘Silêncio’. Orlandi (2007, p. 23) afirma que “[...] o silêncio é garantia do movimento dos sentidos. Sempre se diz a partir do silêncio”. E para Orlandi (2007, p. 24), o silêncio se distingue entre:

- a) o silêncio fundador, aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar; b) a política do silêncio, que se subdivide em: b 1) silêncio constitutivo, o que nos indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as “outras” palavras); e b 2) o silêncio local, que se refere à censura propriamente (aqui o que é proibido dizer em uma certa conjuntura).

O silêncio está nas relações sociais, culturais e linguageiras. Ele é constitutivo das materialidades linguísticas, históricas, psicanalíticas e de sentido que estão nas bases da Análise de Discurso. Importante se faz esclarecer com Orlandi (2007, p. 66) que “[...] o silêncio não tem relação de dependência com o dizer para significar: o sentido do silêncio não deriva do sentido das palavras”. Isso é importante esclarecer porque, quando falamos, silenciamos outras palavras, mas também outros dizeres, outros pensamentos que estão ali no conjunto das palavras ditas, mas que não são pronunciadas no conjunto das formações discursivas.

Neste sentido, “O silêncio trabalha os limites das diferentes formações discursivas; ou seja, o jogo do dizer é regido pelas relações entre as diferentes formações discursivas. Cada formação define “o que pode e deve ser dito numa conjuntura dada, a partir de uma certa posição do sujeito” [...]”. (ORLANDI, 2007, p. 59-60).

As palavras, as frases e tudo que envolve a comunicação em qualquer língua possuem esta característica de estar cheia de silêncios. É o silêncio que fala, como nos diz Orlandi (2007, p. 14), as palavras silenciam. E assim, “[...] o silêncio é a matéria significante por excelência, um *continuum* significante. O real da significação é o silêncio”. (ORLANDI, 2007, p. 29, grifo da autora).

A ideologia chegou à Análise de Discurso através, principalmente, de Althusser que fora um grande influenciador de Michel Pêcheux. Althusser entendia a ideologia como um sistema de representações e nas palavras deste autor (2015, p. 192) “[...] ideologia é um sistema (com sua lógica e seu rigor próprios) de representações (imagens, mitos, ideias ou conceitos, conforme o caso) dotado de uma existência e de um papel histórico no interior de uma sociedade dada”.

Considerando a transparência da linguagem, como dito anteriormente, em que cada palavra designa uma coisa, aquele que é chamado é sempre já-sujeito. “A ideologia não existe senão por e para os sujeitos”. (ALTHUSSER,1983 p.91) Não existe prática senão sob uma ideologia. Todo sujeito é social e pode ser agente de uma prática social enquanto sujeito. A tese de Althusser baseia-se na categoria de Spinoza de “efeito sem causa” ou finalidade é que “o verdadeiro indica a si mesmo, assim como o falso” e antecipou Marx sobre um ponto específico central do idealismo: o sujeito como origem, essência e causa. Para Althusser (1983), Spinoza é o primeiro a ter rompido com a questão da origem e da concepção do sujeito.

A diferença entre Althusser, de um lado e Lacan, Derrida e Foucault de outro, e que os três últimos referem o sujeito a uma impossibilidade, ou seja, a impossibilidade de escapar “jogo ou ordem do signo” enquanto Althusser tem-se a impossibilidade de escapar da ideologia.

“A ideologia não tem exterior (a ela)” (ALTHUSSER,1983 p.91). Para Althusser (1983), há diferentes ideologias e diferentes posições ideológicas. Toda teoria é ideológica, toda teoria é provisória. O sujeito para ele é o sujeito da ideologia. Para Foucault, o sujeito é o da ordem do discurso (posição enunciador). Para Derrida, o sujeito é o da ordem do signo. Para Lacan, o sujeito é o do inconsciente estruturado como linguagem. Para Lacan, Derrida e Foucault o sujeito está ligado ao signo e a linguagem, para Althusser, à ideologia e estabelece um paralelo entre a transparência da linguagem e o efeito ideológico segundo qual somos sujeitos. Para expressar essa ligação Pêcheux introduziu aquilo que ele chama de discurso. “O discurso de Pêcheux não é o mesmo de Foucault” (PECHEUX,1997) Pêcheux se colocou entre o que podemos chamar de “sujeito da linguagem” e “sujeito da ideologia”. Ele trata de discernir as relações entre esses dois sujeitos, ou seja, a “evidência subjetiva” e a “evidência do sentido” e coloca o discurso entre a linguagem (conceito de Saussure) e a ideologia.

Portanto, à medida que falamos ou escrevemos nossas palavras significam de muitos modos. Para a Análise de Discurso, os sentidos, as linguagens não são transparentes, porque são constituídas a partir das formações discursivas. E é no interior destas formações que os sentidos mudam, circulam, e sempre podem ser outros, dependendo da formação discursiva que os originou. Os sentidos estão presentes nos discursos produzidos por diferentes pessoas em condições de produção diversas. Realizar análise nestes textos significa perceber os sentidos, a opacidade da linguagem, os diferentes modos de significar. “Pois é justamente pensando que há muitas maneiras de se significar que os estudiosos começaram a se interessar pela linguagem de uma maneira particular que é a que deu origem à Análise de Discurso.” (ORLANDI, 2015, p. 13) Além disso, “O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. [...] A Análise de

Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social.” (ORLANDI, 2015, p. 13). Para Pêcheux (2014c, p. 147), formação discursiva é “[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”.

Analisando as condições de produção dos enunciados, percebemos as interpretações que o autor ou autores fazem e podemos, desse modo, distinguir significados. Gadet (2015, p. 104) afirma que a Análise de Discurso “[...] caracteriza-se, de maneira geral, pela importância concebida à problemática da língua [...]”. Não somente no que se refere à possibilidade de construção de diferentes enunciados, mas, e principalmente, pelas condições de produção que atravessam a mesma por meio dos aspectos linguísticos, ideológicos, semânticos e do materialismo histórico e que se verificam em análises, estudos e teoria do discurso (PÊCHEUX, FUCHS, 2014).

A exemplo da “formação social”, que implica a presença de posições ideológicas, e falar, então, de formações ideológicas, cada uma constituindo [...] um conjunto complexo de atitudes e de representações sociais que não são nem “individuais” nem “universais” e comportam “necessariamente, como um de seus componentes, uma ou mais formações discursivas interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito (articulados sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada: [...]” (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 2007)

Maingueneau (2008) nos traz mais alguns conceitos pertinentes para análise neste trabalho: Interdiscurso, Polemica e interincompreensão.

O processo de Interincompreensão é resultante da interação, num dado espaço discursivo recortado pelo analista, das diversas posições enunciativas existentes ali. Esse processo se funda no fato de que, para tais posições enunciativas,

“não há dissociação entre o fato de enunciar em conformidade com as regras de sua própria formação discursiva e de “não compreender” o sentido dos enunciados do Outro; são duas facetas do mesmo fenômeno. (MAINGUENEAU, 2008, p. 99)

Dessa forma, o Outro é constitutivo de nós mesmos. Quando proferido um discurso, este só se dá em relação ao outro. O autor ainda aponta que,

“Se indagarmos em que condições um discurso pode “dar a palavra” a seu Outro, devemos responder que uma posição enunciativa não pode sair de seu fechamento semântico, que ela só pode emprestar-lhe suas próprias palavras, manifestando-se, assim, a irredutível descontinuidade que funda o espaço discursivo. (MAINGUENEAU, 2008, p. 55)

Nas palavras de Maingueneau:

A noção de “polêmica” não coincide com o que se entende habitualmente por isso (uma controvérsia violenta), que é apenas um dos aspectos de um fenômeno mais geral, o das relações explícitas entre duas formações discursivas. [...] Mas, articulando assim a polêmica sobre a dupla interincompreensão que atravessa o espaço discursivo, dizendo que o discurso segundo se constitui contra o discurso primeiro, que a polêmica não advém do exterior, não estamos nos arriscando a ‘dar ao conceito de polêmica uma extensão tal que não terá mais nenhum valor informativo’, como fomos acusados? [...] Para evitar reduzir a especificidade desse nível propriamente polêmico, distinguiremos um nível dialógico, o da interação constitutiva, e um nível polêmico, que, como se esclareceu no parágrafo anterior, se responsabiliza pela heterogeneidade “mostrada”, a citação, no sentido mais amplo. (MAINGUENEAU, 2008, p. 107).

Assim, o processo de interincompreensão é, na verdade, uma *tradução* que ocorre entre sistemas semânticos:

Pentecostes pervertido, no qual cada um entende os enunciados do Outro na sua própria língua, embora no interior do mesmo sistema [linguístico]. (MAINGUENEAU, 2008, p. 100)

E, vale dizer, não se trata de algo acidental (ou incidental), mas de um

mecanismo necessário e regular, ligado à constituição de formações discursivas que remetem, para além delas mesmas, a descontinuidades sócio-históricas irredutíveis. (MAINGUENEAU, 2008, p. 101)

Maingueneau (2008) define o interdiscurso a partir da tríade representada no quadro:

	Universo discursivo	Conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem em uma conjuntura dada.
Interdiscurso	Campo discursivo	Um conjunto de formações discursivas com a mesma função social, que se divergem quanto ao modo pelo qual essa função deve ser preenchida.
	Espaço discursivo	Um conjunto de formações discursivas cuja relação do analista julga pertinente considerar para seu propósito.

E a polêmica pode incidir sobre qualquer ponto do sistema de restrições, já que a incompatibilidade é radical e global (MAINGUENEAU, 2008, p. 109).

Vale destacar também o seguinte ponto: a polêmica não é a divergência total e absoluta, mas, ao contrário, é porque há um “território comum” (KRIEG-PLANQUE, 2010) ou um “conjunto ideológico comum” (MAINGUENEAU, 2008, p. 111) que a polêmica existe. Como vimos na

definição de campo discursivo, há um acordo tácito sobre uma determinada função social, a divergência está no modo como cada discurso entende preenche-la.

A polêmica é apresentada aqui, portanto, como algo absolutamente necessário na própria constituição discursiva (por isso se diz que ela é, tal qual a interdiscursividade, constitutiva dos discursos).

E, deste modo, podemos considerar que, ao falarmos em linguagem não binária, mesmo sendo recente estudos mais aprofundados sobre a temática, estamos reproduzindo ecos de outros discursos. As relações entre memória, saber, discurso, história e ideologia estão imbrincados neste processo de legislação sobre a linguagem não binária. A partir da noção de interdiscurso, as memórias que constituem as diferentes formas da alusão, no tratamento midiático dado aos discursos institucionais analisados na presente pesquisa.

3 DISCURSOS INSTITUCIONAIS

Usando as palavras de Krieg-Planque (2018, p. 30) “a vida democrática se põe com inteiramente tecida por textos e palavras”. Lei e projeto de lei, *corpus* desta pesquisa, são “resultados maiores do trabalho político e parlamentar, existe uma forma de um texto (promulgado, publicado no Diário Oficial e difundido por diferentes meios)”. Dessa forma são elaborados pelo povo – pelos representantes do povo, eleitos pelo povo- e para o povo. Dentro do campo semântico da palavra povo consideramos, para este trabalho, toda a população brasileira, inclusive as minorias, pouco representadas nestes papéis parlamentares. Assim, se prevê que as leis são posicionamentos constituídos coletivamente.

Na perspectiva da análise de discurso, o objeto de apreciação de estudo deixa de ser a frase, e passa a ser o discurso, uma vez que foge da apreciação palavra por palavra na interpretação como uma sequência fechada em si mesma, dessa forma, analisar o uso da linguagem não binária requer mais do que a palavra em si, considera-se todo entorno, todas as condições de produção que envolvem o discurso que tem presente a formulação não binária. Observa-se o discurso de inclusão social.

No recorte 1: “Art. 1º Fica vedado no âmbito do Estado de Mato Grosso a utilização de pronomes de tratamento neutros, primando pelo emprego e ensino escorreito da língua portuguesa.” (MATO GROSSO, 2021) No início do texto do projeto de lei fica observável o interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes.

No recorte 2: “Art. 3º Fica expressamente proibida a denominada "linguagem neutra" na grade curricular e no material didático de instituições de ensino públicas ou privadas, assim como em editais de concursos públicos”.

Quais os efeitos de sentido da palavra neutro neste discurso? Qual o sujeito/povo é representado por esta neutralidade? A resposta é o público que não se identifica com masculino ou feminino nas questões de gênero. Este povo é a minoria sendo silenciada. O silêncio é a matéria significante por excelência, nas relações sociais, culturais e lingüísticas. Ele é constitutivo das materialidades linguísticas, históricas e psicanalíticas. Tem-se, assim a exclusão ou apagamento das relações sociais e institucionais de sujeitos que se identificam com a linguagem que está sendo proibida. O que fica evidente no próximo recorte do *corpus* 2.

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei, entende-se por "linguagem neutra", toda e qualquer forma de modificação do uso da norma culta da Língua Portuguesa e seu conjunto de padrões linguísticos, sejam escritos ou falados com a intenção de anular as diferenças de pronomes de tratamento masculinos e femininos baseando-se em infinitas possibilidades de gêneros não existentes, mesmo que venha a receber outra denominação por quem a aplica. (SINOP, 2021)

Segundo Krieg-Planque (2018, p.35) “mesmo o que parece escapar da linguagem, como a violência física bruta, de fato faz parte da atividade lingüística: como violência política, a violência física está em relação estreita com os textos e discursos, porque são eles que a legitimam”.

Art. 4º A violação do direito do estudante estabelecido no art. 1º desta Lei acarretará sanções administrativas às instituições de ensino público e privado e aos profissionais de educação que concorrerem em ministrar conteúdos adversos aos estudantes, prejudicando direta ou indiretamente seu aprendizado à língua portuguesa culta.

No artigo quarto da lei municipal de Sinop, observa-se, como nas palavras de Krieg-Planque (2018) questões de violência política. O poder de coagir os sujeitos em determinadas formações sociais.

Dentre muitas análises possíveis com estes dois *corpus*, o mais evidente fica a questão que a língua é VIVA. Está em constante mutação, independente da vontade de determinadas posições sujeito que detêm o poder social.

4 CONSIDERAÇÕES

A Análise de Discurso está sendo mantida para análises e interpretações dos mais variados temas que emergem a cada dia em nossa sociedade.

Através dos conceitos de Sujeito, Formações Imaginárias, Formações Discursivas, Condições de Produção, Interdiscurso, Memória, Silêncio, Ideologia, expusemos uma mínima pesquisa sobre

cada um para contribuir de forma introdutória para compreendermos o processo de aceitação ou silenciamento da linguagem não binária.

Vale atentar que não é somente pelo uso de uma linguagem neutra inclusiva que discriminações sexistas e de gênero deixarão de existir na sociedade. Na língua portuguesa não existe um pronome neutro oficial, e no Brasil não é obrigatório o uso da linguagem inclusiva, mas, a fim de evitar exclusão de certos grupos, é fundamental que os discursos sejam livres de qualquer preconceito.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos do estado. São Paulo: Graal, 1983.

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (org.). Os múltiplos territórios da Análise do Discurso. Tradução de Marne Rodrigues de Rodrigues. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1999, p. 15-22.

GADET, Françoise. Análise do discurso na França - Uma relação fundamental com a língua In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. (Orgs.). Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise de discurso. São Paulo: Contexto, 2015, p. 104-107.

HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, Roberto Leiser. (org.). Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. Tradução de Roberto Leiser Baronas; Fábio César Montanheiro. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007, p. 13-31.

KRIEG-PALNQUE, Alice. Analisar discursos institucionais. Tradução: Luciana Salazar Salgado e Helena Boschi. Uberlândia: EDUFU, 2018.

MAINGUENEAU, Dominique. Discurso e análise do discurso. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. Gênese dos discursos. Tradução: Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MATO GROSSO, Projeto de Lei 511/2021(al.mt.gov.br) disponível em : <https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/cp/20210609080306170100.pdf>

ORLANDI, Eni Puccinelli. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1987.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso: princípios e procedimentos. 12. ed. São Paulo: Pontes, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso e texto: formulação e circulação dos silêncios. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. A aplicação dos conceitos da linguística para a melhoria das técnicas de análise de Discurso. In: PÊCHEUX, Michel. Análise de discurso: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi. Tradução de Carolina Rodríguez-Alcalá. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015, p. 203-226.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. Tradução de Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi e Greciely Costa. Campinas, SP: Pontes, 2019.

PÊCHEUX, Michel. O discurso: Estrutura ou acontecimento. 2^a edição, Campinas, SP: Pont4s, 1997.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2014, p. 159-249.

SINOP, Lei Ordinária 3006 2021 de Sinop MT (leismunicipais.com.br), 2021. disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mt/s/sinop/lei-ordinaria/2021/301/3006/lei-ordinaria-n-3006-2021-estabelece-medidas-protetivas-ao-direito-dos-estudantes-do-municipio-de-sinop-ao-aprendizado-da-lingua-portuguesa-de-acordo-com-as-normas-e-orientacoes-legais-de-ensino-na-forma-que-menciona>